

CARTA ABERTA
AO GOVERNADOR
ELEITO JERÔNIMO
RODRIGUES





Ao Exmo. Sr. Governador eleito Jerônimo Rodrigues

A Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores da Bahia (SMAD PT Ba) solicita ao companheiro eleito Governador da Bahia um fraterno diálogo e a nossa integração à equipe de transição. Realçamos a necessidade de atenção prioritária à questão socioambiental em nosso Estado, correspondente à relevância estratégica dada pelo programa do presidente Lula à temática Socioambiental, em comunhão com a agenda 2030, que visa garantir a plena efetivação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, destacando:

1. A importância de diálogo coletivo com as movimentos sócio-ambientalistas da Bahia, com a SMAD PT Bahia, com as comunidades tradicionais e as comunidades dos diferentes territórios baianos, no sentido de fortalecer as futuras tomadas de decisões que afetem os diversos modos de vida das populações e povos tradicionais em todos nossos territórios. Avaliamos ser este um passo decisivo para que nosso Governo avance para a sustentabilidade ambiental, social e econômica, podendo se notabilizar como referência nacional em sua Transição Socioambiental, Ecológica e Econômica;
2. Queremos frisar também a importância dos debates ambientais com a população baiana e com o Conselho dos Povos de Comunidades Tradicionais de acordo com as características específicas de cada território (informações que estão disponíveis no Texto Base SMAD Bahia com relatórios da Caravana do Meio Ambiente) e que essa construção possa estar em sintonia com o programa de Lula para o governo federal;



3. Reestruturação da SEMA e do INEMA para que haja interação institucional efetiva entre os servidores na realização das suas atribuições e fortalecimento do SISEMA (Sistema Estadual de Meio Ambiente) para que possa garantir o acompanhamento da qualidade ambiental e das águas do Estado
4. Consideramos indispensável a recuperação do papel das instâncias participativas com efetividade, a exemplo do Cepam (Conselho Estadual de Meio Ambiente), do Fórum Baiano de Mudanças Climáticas, Conerh (Conselho Estadual de Recursos Hídricos), dentre outros. Bem como o fortalecimento e implementação dos conselhos gestores das unidades de conservação, dos comitês de bacias estaduais, Comitê da Reserva da Biosfera da Caatinga e da Mata Atlântica, etc;
5. Avaliamos como vital ênfase à Agricultura sintrópica, regenerativa e agroecológica;
6. Apoiamos o desmatamento Zero, tal como defende o programa de Lula. Consideramos importante que a Bahia assuma um planejamento semelhante ao Plano de Preservação e Combate ao Desmatamento da Amazônia - PPCDAM. Desta forma, teremos um Plano de Preservação e Combate ao Desmatamento na Bahia (PPCDBA);
7. Em plena vigência da Década da Restauração Ecológica da ONU/UNESCO é fundamental a Bahia avançar rumo a um plano semelhante, aproveitando as oportunidades internacionais. E em plena vigência da Década da Ciência Oceânica, a Bahia deve liderar ações para cuidar do maior litoral dentre os estados da federação, implementando efetivamente um Plano de Gestão Costeira e Marinha Integrado - GERCO;



8. Prever e efetivamente destinar recursos para implementação da Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA) e do Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia (PEA), bem como garantir sua transversalidade em todo o sistema de meio ambiente.
9. A Água precisa ser assimilada como bem comum estratégico e a Embasa compreendida como bem público inestimável do povo da Bahia. Compreendemos que é de vital importância a reunificação dos 4 componentes da Política de Saneamento: Água, Esgoto, Resíduos Sólidos e Drenagem Pluvial. É de suma importância a nomeação imediata dos novos membros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH, referente ao quadriênio 2022/2026, que foram legalmente eleitos em Julho de 2022;
10. A Bahia precisa aplicar a Política Estadual de Resíduos Sólidos, instituída por intermédio da lei estadual nº 12.932/2014. Seu decreto regulamentador iniciou-se em 2014, tendo concluído sua versão final em 2019 após inúmeras consultas e reuniões, obtendo análise e parecer da PGE. Hoje este processo se encontra "parado" na Casa Civil desde abril de 2020;
11. Biodiversidade e Florestas (Públicas e Privadas) - Implementar a Política e o Plano Estadual de Proteção da Biodiversidade, conforme já estabelecido pela lei 10.431/2006 (e alterações subsequentes, especialmente a lei 12.377/2011), considerando a necessária integração com a Política e Plano de Meio Ambiente e Política e Plano de Recursos Hídricos. Faz-se necessário implementar a gestão efetiva das atuais Unidades de Conservação e avaliar a criação de novas Unidades de Conservação que protejam o nosso patrimônio de biodiversidade;



12. A Bahia precisa urgentemente elaborar e implementar a Política e Plano Estadual de Florestas, considerando prioritariamente as ações para as florestas de uso público, complementadas por ações de criação de florestas para uso privado, sempre com foco público. Estas políticas devem ter carácter territorial, atendendo ao bem comum, considerando instrumentos de Planejamento Territorial, Ambiental e Econômico, especialmente o Zoneamento Ecológico e Econômico - ZEE;
13. Racismo Ambiental e Justiça Ambiental – os territórios são centrais para a implementação de políticas de combate ao racismo ambiental e para a promoção da justiça ambiental. É indispensável a implementação da lei 13.214/ 2014, assegurando controle social, assimilando as ideias do Professor Milton Santos sobre os territórios, como espaço onde se afirma a cidadania de baianas e baianos, em suas dimensões sociais, ambientais e econômicas.

Para dar consequência e atrair a sociedade baiana para um compromisso ambiental público pensamos ser central a imediata Convocação da Conferência Estadual de Meio Ambiente, logo nos primeiros meses de governo, atendendo determinação legal.

SMAD BA (Secretaria/Setorial de Meio Ambiente do PT Bahia)

Entregue em:

Salvador, 11 de Novembro de 2022.